

Continuação	31/12/22	31/12/21 (não auditado)
Impostos e taxas	(1.718)	(1.018)
(Reversão)/provisões diversas	2.673	(4.769)
Despesas gerais	(3.073)	(3.013)
	(22.627)	(27.340)
17. Resultado financeiro:	31/12/22	31/12/21 (não auditado)
Despesas financeiras		
Juros sobre dívida	(130)	(147)
Arrendamento mercantil	(624)	(689)
Outros	(754)	(177)
	(1.508)	(1.013)
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	6.699	2.707
	6.699	2.707
Resultado financeiro	5.191	1.694
18. Imposto de renda e contribuição social: A Empresa obedece ao regime do lucro real e provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:		
	31/12/22	31/12/21 (não auditado)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	50.016	36.196
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, pela alíquota fiscal combinada	(17.005)	(12.307)
Adições permanentes		
Despesas indutíveis	3	(39)
Juros sobre capital próprio	2.242	
Diferenças temporárias	486	
Outros ajustes (diferido não constituído) (a)	4.290	3.276
	(9.985)	(9.070)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(9.985)	(9.070)
Impostos diferidos		
Total	(9.985)	(9.070)
(a) Ao final de cada exercício, a empresa avalia os ativos fiscais diferidos não reconhecidos e se os lucros tributáveis futuros permitirão a realização do ativo. A Empresa não reconheceu o ativo fiscal diferido de períodos anteriores por não se enquadrar nos critérios de reconhecimento/ realização. 19. Instrumentos financeiros: A Empresa, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • risco de mercado; • risco de liquidez; • risco de crédito; • risco operacional; • risco climático. A Empresa gerencia os riscos aos quais está exposta através da definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança, de acordo com critérios objetivos para diversificação de risco. Estrutura do gerenciamento de risco: Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas da Empresa, o sistema está baseado na gestão integrada de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com uma estrutura de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração e comitês institucionais, os quais são responsáveis, dentre outras atribuições, pela supervisão da efetividade e integridade dos processos de controles internos e gestão de riscos, até às diversas áreas da Empresa na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. A Empresa possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, risco e complexidade de suas operações, baseado em políticas e procedimentos formalizados e divulgados a toda a organização, bem como áreas dedicadas e ferramentas específicas de monitoramento de riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado nas estruturas de Controles Internos e <i>Compliance</i> (o que tanto tangue a regulamentos normais e políticas internas) que proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas		
Linaldo Vilar Diretor de produção		

Enesse Comércio e Participações Ltda.
CNPJ/MF nº 62.527.437/0001-35 - NIRE 3520915531

Extração da Ata de Reunião de Sócios Realizada em 19/12/2023
Dia 19/12/2023, às 9hs, na sede social em São Paulo - SP. **Presença:** totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Newton Simões Filho; Secretário: Pedro Biagi Simões. **Deliberações unânimes:** (I) Reduzir o capital social no valor de R\$ 49.928.260,00 para R\$ 39.928.260,00, sendo a redução no montante de R\$ 11.000.000,00, por ser considerado excessivo em relação ao objeto da sociedade; (II) Autorizar os administradores, praticarem todos os atos e assinatura de todos os documentos necessários para a realização da operação; (III) A redução se dará por meio de restituição integral ao sócio Newton Simões Filho, não se opondo desde já o outro sócio, e se efetivará após o cumprimento dos procedimentos legais estabelecidos. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 19 de dezembro de 2023. **Sócios:** Newton Simões Filho; **Pedro Biagi Simões.**

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.
CNPJ 08.673.673/0001-10 - NIRE 35.300.366.106

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DATA, HORÁRIO E LOCAL: Em 09/11/2023 às 10h, na sede social da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5, 1ª e 2ª andares, Bairro Alvarenga, São Bernardo do Campo/SP. **PRESENCIA:** Participação da totalidade dos conselheiros efetivos, por meio de conferência telefônica. **MESA:** Presidente: Marcello Guidotti. Secretário: Rodrigo José de Pontes Seabra Monteiro Salles. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre (I) a autorização para celebração do 3º Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços ECS - ENG - CT 00012/21; celebrado entre a Companhia e a Systea Engenharia e Consultoria Ltda., que tem por objeto a prorrogação de prazo da prestação de serviços, bem como formalizar o reajuste dos preços unitários dos itens que compõe a proposta anexa ao contrato; (II) a autorização para a celebração do 3º Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços ECS - ENG - CT 00012/21; celebrado entre a Companhia e a Plannerservi Engenharia Ltda., que tem por objeto a prorrogação de prazo da prestação de serviços, bem como formalizar o reajuste dos preços unitários dos itens que compõe a proposta anexa ao contrato. **DELIBERAÇÕES:** Nos termos do artigo 14, inciso VI, alínea (a) do Estatuto Social, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, os conselheiros aprovaram a celebração do: (i) 3º Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços ECS - ENG - CT 00012/21; e (ii) 3º Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços ECS - ENG - CT 00013/21. Fica a diretoria da Companhia autorizada a todo e qualquer ato para a formalização do ora deliberado. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada pelos conselheiros. São Bernardo do Campo, 09/11/2023. Conselheiros: Marcello Guidotti, Rodrigo José de Pontes Seabra Monteiro Salles e Roberto Borges Paiva. Rodrigo José de Pontes Seabra Monteiro Salles - Secretário. JUCESP nº 466.589/23-8 em 14/12/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PREFELENÇA DE ARAÇATUBA
PREGÃO PRESENCIAL N.º 050/2023 - REGISTRO DE PREÇOS N.º 065/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2.364/2023 PROCESSO DIGITAL N.º 15.096/2023
COMUNICADO

A Secretaria Municipal de Administração, por intermédio da Divisão de Licitação e Contratos, COMUNICA a todos os interessados a ratificação do EDITAL, suprimindo o item 6.1.4. da Cláusula sexta, tendo em vista pedido de esclarecimento apresentado e NOVA DATA de sessão de processamento do Pregão Presencial supra que tem por objeto o "REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E DE INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E INSUMOS".
Na oportunidade comunicamos que a sessão de entrega e abertura dos envelopes dar-se-á às 09h00min do dia 09/01/2024, na sala de Licitação, Rua Coelho Neto, 73 - Araçatuba-SP.

Araçatuba, 18 de dezembro de 2023.
ANA CAROLINA DOS REIS - Divisão de Licitação e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, torna público, por determinação do Senhor Prefeito, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que está promovendo, a seguinte licitação de MENOR PREÇO POR ITEM na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO:
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 064/2023 - REGISTRO DE PREÇOS N.º 074/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2.383/2023 - PROCESSO DIGITAL N.º 16.257/2023
OBJETO: REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE FRALDAS E LENÇOS UMEDECIDOS PARA ATENDIMENTO DE MANDADOS DE SEGURANÇA.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Do dia 22/12/2023 até as 08h30min do dia 29/01/2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08h31min do dia 29/01/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA POR LANCES: A partir das 09h00min do dia 29/01/2024.
MODO DE DISPUTA: ABERTO
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
LOCAL: www.bll.org.br.
O Edital será disponibilizado gratuitamente através dos sites: www.aracatuba.sp.gov.br e www.bll.org.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC,
Araçatuba, 19 de dezembro de 2023.
ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, torna público, por determinação do Senhor Prefeito, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que está promovendo, a seguinte licitação de MENOR PREÇO POR ITEM na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO:
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 063/2023 - REGISTRO DE PREÇOS N.º 073/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2.443/2023 - PROCESSO DIGITAL N.º 16.010/2023
OBJETO: REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE EPI.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Do dia 22/12/2023 até as 08h30min do dia 24/01/2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08h31min do dia 24/01/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA POR LANCES: A partir das 09h00min do dia 24/01/2024.
MODO DE DISPUTA: ABERTO
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
LOCAL: www.bll.org.br.
O Edital será disponibilizado gratuitamente através dos sites: www.aracatuba.sp.gov.br e www.bll.org.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC,
Araçatuba, 19 de dezembro de 2023.
ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araçatuba, Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, por determinação do Prefeito Municipal, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, torna público, para conhecimento dos interessados, observada a necessária qualificação, que está promovendo, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, a licitação de MENOR PREÇO GLOBAL, na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA.
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 014/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2.464/2023 - PROCESSO DIGITAL N.º 16.231/2023
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA URBANA PARA PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS EM DIVERSAS RUAS DO BAIRRO JARDIM IPANEMA, JARDIM DONA AMÉLIA E JARDIM DA AMIZADE, COM SISTEMA DE ARMAZENAMENTO (BACIA DE CONTENÇÃO) NA LAGOA DO MIGUELÃO.
Os envelopes "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA COMERCIAL" serão recebidos às 09h00min do dia 22 de janeiro de 2024, na sala de licitações - Paço Municipal, sito à Rua Coelho Neto, 73 - Araçatuba - SP.
Valor orçado pelo Município de Araçatuba: o custo estimado da obra e dos serviços pelo Município, incluindo os Benefícios de Despesas Indiretas - BDI - tributos e leis sociais é de R\$ 541.141,36 (quinhentos e quarenta e um mil cento e quarenta e um reais e trinta e seis centavos).
Origem dos Recursos: R\$ 233.628,37 (duzentos e trinta e três mil seiscentos e vinte e oito reais e trinta e sete centavos) do recurso proveniente da FEHIDRO - Fundo Estadual de Recursos Hídricos e R\$ 307.512,99 (trezentos e sete mil quinhentos e dez reais e noventa e nove centavos) do recurso proveniente do Tesouro Municipal. O Edital será disponibilizado gratuitamente através do site: www.aracatuba.sp.gov.br.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC,
Araçatuba, 19 de dezembro de 2023.
ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A partir da identificação, avaliação e monitoramento dos principais riscos são elaborados planos de ação específicos, garantindo que melhorias sejam implementadas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Empresa têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Adicionalmente, a Empresa não realiza transações envolvendo derivativos exóticos ou especializados. **Riscos de mercado:** Tratam-se dos riscos relacionados a ativos e passivos cujos fluxos de caixa ou valores presentes estejam expostos a: a) Risco cambial: Risco de perda ou ganho em função da variação da cotação das moedas estrangeiras. Tal qual no risco cambial, a principal ferramenta para controle do risco relacionado à taxa de câmbio será a posição diária da tesouraria, a qual se baseará em relatórios providos pela BM&F Bovespa e outras fontes (por exemplo, Banco Central) para controle das variações cambiais envolvidas em nossas operações. b) Risco de mercado de juros: Risco da taxa de juros que incorrerá em aumento da despesa ou diminuição da receita financeira. Juros pré-fixados mantidos até o vencimento, permitem a certeza dos fluxos de caixa. Juros pós-fixados trazem volatilidade ao desembolso futuro de juros. A principal ferramenta para controle do risco relacionado à taxa de juros será a posição diária da tesouraria, a qual se baseará em relatórios providos pela BM&F Bovespa para controle das taxas de juros envolvidas em nossas operações. Os principais riscos de mercado para a Empresa são as eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio. Em razão disso, a Empresa busca proteção para os riscos de liquidez, por meio de instrumentos financeiros tais como aplicações financeiras, captações de empréstimos para capital de giro, captação de recursos mediante a emissão de debêntures, todas em condições normais de mercado. Toda operação financeira é submetida ao Comitê Executivo da Controladora Dasa e posteriormente para validação pelo Conselho de Administração e/ou seus órgãos consultivos auxiliares. No caso da exposição cambial e exposição de juros, as diretrizes são definidas pelo Conselho de Administração da Controladora Dasa e operacionalizadas pelo departamento da Tesouraria, visto depender de variáveis componentes do cenário econômico. O departamento de Tesouraria fornece mensalmente a Administração da Empresa uma posição atualizada da exposição da Empresa aos riscos de mercado, mediante apresentação de relatórios, documentos e contratos, que permite a verificação do cumprimento da Política. Além disso, para os riscos de mercado aos quais a Empresa estiver exposta, é obrigatória a elaboração mensal por parte do departamento de Tesouraria de análise de sensibilidade (*stress test*), às taxas de 25% e 50% de variação em relação às taxas originais, de forma a se avaliar a elasticidade destas posições quando submetidas a grandes variações nas taxas envolvidas nestas transações e seu impacto nos resultados e nas posições de caixa da Empresa. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de um evento não previsível ocorrer ou erro no cálculo da necessidade de liquidez que irá impactar nas decisões de investimento ou no dia-a-dia da Empresa. A Empresa gerencia o seu risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimentos dos ativos e passivos financeiros. a) Gerenciamento de caixa de curto prazo - Gerenciamento dos ativos líquidos e linhas de crédito para cobrir necessidades imediatas. Periodicidade: Diária. Prazo: D+1 (em dias úteis); b) Gerenciamento de caixa de longo prazo - Processo contínuo para garantir recursos de longo prazo, por meio da análise do orçamento de caixa em base mensal, atualizando as premissas orçadas de acordo com as necessidades do negócio, e comparação entre realizado *versus* orçado. Periodicidade: Mensal. Prazo: 5º dia útil do mês subsequente ao da data base do relatório; c) Manutenção de um caixa mínimo - Refere-se ao saldo de caixa que a Empresa repõe em curtos períodos de tempo para suprir suas necessidades urgentes. Além disso, adota-se como critério que o caixa tem que ter recursos suficientes para cobrir os cinco próximos fluxos diários de um mês, sem considerar recebimento; d) Limites de exposição e mitigadores de riscos - A área de tesouraria mantém em linhas de curto prazo entre aplicações de caixa com liquidez imediata e linhas de capital de giro, o volume suficiente para garantir pelo menos o montante igual aos cinco maiores dias consecutivos de saída de caixa dos últimos 12 meses. Para linhas de médio prazo e long prazo, a tesouraria mantém linhas de crédito com prazos para suprir suas necessidades da Empresa sempre com objetivo de garantir a disponibilidade de recursos para suprir o fluxo de caixa previsto. **Risco de crédito:** Trata-se do risco de perda resultante da incapacidade da contraparte em cumprir com suas obrigações contratuais de pagamento à Empresa, conforme assumido em contrato. A Empresa possui provisão para créditos de liquidação duvidosa por glosas, inadimplência que representam 6,69% (0,60% em 31 de dezembro de 2021) do saldo de contas a receber em aberto para fazer face ao risco de crédito. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura

da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Empresa. O objetivo da Empresa é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Empresa e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Empresa para a administração de riscos operacionais. **Instrumentos financeiros por categoria:** A Empresa classifica seus ativos financeiros em: i) custo amortizado e ii) valor justo por meio do resultado. **Hierarquia de valor justo:** A Empresa somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes às aplicações financeiras nos valores de R\$ 892 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 68.891 em 31 de dezembro de 2021). Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: **• Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **• Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **• Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Não houve alteração de classificação de níveis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** Os principais riscos atrelados às operações da Empresa estão ligados à variação do CDI para as aplicações financeiras. As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras, ao qual a Empresa estava na data base de 31 de dezembro de 2022 foram definidos cenários baseados na projeção e a partir desta foram calculadas variações de 25% e 50%. Segue projeção:

Operação	Saldo em 31/12/22	Risco (a)	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicação Financeira	892	105,10% do CDI	4,50%	3,38%	2,25%
Operação	Saldo em 31/12/21 (não auditado)	Risco (a)	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicação Financeira	68.891	102,55% do CDI	3,10%	2,32%	1,55%
			4,50%	3,38%	2,25%

(a) Taxa sujeita à variação.

Riscos climáticos: O risco climático é um risco transversal que pode ser um agravante para os tipos de riscos tradicionais que gerenciamos no curso normal dos negócios, incluindo, sem limitação, os riscos descritos neste item. Com base nas classificações utilizadas pela Task-Force on Climate-Related Financial Disclosures, consideramos que existem duas fontes primárias de riscos financeiros relacionados às mudanças climáticas: físicos e de transição. Os riscos de transição e/ou físicos decorrentes das mudanças climáticas podem afetar adversamente nossos negócios, condição e resultados das operações. Os riscos físicos resultantes das mudanças climáticas podem ser causados por eventos (agudos) ou mudanças de longo prazo (crônicas) no clima. Os riscos de transição referem-se a ações realizadas para atender aos requisitos de mitigação e adaptação relacionados a mudanças climáticas, e podem se enquadrar em várias categorias, como mercado, tecnologia e mudanças de mercado. Nossos negócios, operações e resultados podem ser afetados por riscos de transição, tais como, mas não limitados a esgotamento de recursos naturais, transição para energias renováveis, transição para fontes sustentáveis de energia e mudanças nas necessidades de tecnologia para novos desenvolvimentos de serviços ou adaptação de serviços existentes; entre outros.

20. Cobertura de seguros: A Empresa adota política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2022 o total de cobertura de seguros era de R\$ 49.146, sendo a cobertura aberta para lucros cessantes, responsabilidade civil profissional, incêndios, vendaval, queda de aeronave, alagamento e inundação.

21. Evento subsequente: Coisa julgada: Em 8 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, considerou que uma decisão definitiva (coisa julgada) sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário em momento posterior. O julgamento tomou como base cobranças da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), tributo julgado constitucional pelo STF em 2007. A referida decisão não implica em qualquer impacto para a Empresa.

Felipe da Silva Guimarães
Diretor Financeiro e Administrativo

Lucianne Assófra Sperandio Atenção - Gerente Executivo de Controladoria
CRC 15P264068/O-6

Infra BR V Rodovias Holding III S.A.
CNPJ nº 51.588.411/0001-80 - NIRE nº 35.300.620.305

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 14 de Dezembro de 2023
1. Data, Horário e Local: Aos 14 (quatorze) dias de dezembro de 2023, às 10h, na sede da **Infra BR V Rodovias Holding III S.A.**, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 538, Bairro Vila Olímpia, CEP 04.551-060 ("Companhia" ou "Emissora"). **2. Presença:** Presente a acionista representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas. **3. Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das S.A.s"). **4. Mesa:** Presidente: Thiago Bronzi; Secretário: Daniel Becker. **5. Ordem Do Dia:** Examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) considerando que o capital social da Companhia encontra-se integralizado na presente data em montante superior a ¾ (três quartos) do valor do capital social da Companhia, nos termos do artigo 170, caput, da Lei das S.A.s, aprovou o aumento do capital social da Companhia, a quantia dos atuais R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para R\$ 1.205.000.400,00 (um bilhão, duzentos e cinco milhões e quatrocentos reais), perfazendo, portanto, um aumento no valor de R\$ 1.205.000.000,00 (um bilhão, duzentos e cinco milhões de reais) ("Aumento de Capital"), mediante a emissão de 1.205.000.000 (um bilhão, duzentos e cinco milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por nova ação ordinária, fixado, sem distúrbio injustificado, com base no artigo 170, §1º, inciso II, da Lei das S.A.s; (ii) em decorrência do aumento de capital, aprovar a consequente alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; (iii) autorização para a Companhia celebrar, por seus diretores e/ou representantes, todos os documentos e instrumentos contratuais necessários e relacionados aos itens acima da presente Ordem do Dia; e (iv) ratificação de todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia e/ou pelos seus procuradores para a consecução da deliberação mencionada nos itens acima. **6. Deliberações:** Instalada a assembleia e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, a assembleia geral extraordinária da Companhia deliberou o quanto segue: 6.1. Considerando que o montante de R\$400,00 (quatrocentos reais) do capital social da Companhia encontra-se integralizado, na presente data, em montante superior a ¾ (três quartos) do valor do capital social da Companhia, nos termos do artigo 170, caput, da Lei das S.A.s, aprovou o aumento do capital social da Companhia, a quantia dos atuais R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para R\$ 1.205.000.400,00 (um bilhão, duzentos e cinco milhões e quatrocentos reais), perfazendo, portanto, um aumento no valor de R\$ 1.205.000.000,00 (um bilhão, duzentos e cinco milhões de reais) ("Aumento de Capital"), mediante a emissão de 1.205.000.000 (um bilhão, duzentos e cinco milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ("Novas Ações"), pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por cada nova ação ordinária, fixado com base no artigo 170, §1º, inciso II, da Lei das S.A.s, as quais serão integralizadas em moeda corrente nacional, conforme condições abaixo, e totalmente subscritas, neste ato, pela única acionista da Companhia, Infra BR V Rodovias Holding III S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.237.198/0001-25 ("Holding III"), nos termos dos boletins de subscrição constantes do Anexo I, Anexo II e Anexo III a presente ata. 6.2. Em decorrência do Aumento de Capital aprovado no item 6.1 acima, o *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte nova redação: "**Artigo 5º** - O capital social da Companhia é de R\$ 1.205.000.400,00 (um bilhão, duzentos e cinco milhões e quatrocentos reais), totalmente integralizado em moeda corrente nacional, representado por 1.205.000.400 (um bilhão, duzentos e cinco milhões e quatrocentos ações), sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal, (...)". 6.2.1. A integralização no valor de R\$ 1.205.000.000,00 (um bilhão, duzentos e cinco milhões de reais), nos termos dos boletins de subscrição nº 01/03, 02/03 e 03/03, constantes do Anexo I, do Anexo II e do Anexo III à presente ata ("Valor a ser Integralizado Boletins de Subscrição") será realizada pela Holding III, em moeda corrente nacional. 6.3. Autorizar a Companhia a celebrar, por seus diretores e/ou representantes, todos os documentos e instrumentos contratuais necessários e relacionados à deliberação acima; e 6.4. Aprovar a ratificação de todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia e/ou pelos seus procuradores para a consecução das deliberações mencionadas nos itens acima. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e a presente ata foi lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. **8. Assinaturas:** Presidente: Thiago Bronzi; Secretário: Daniel Becker; Acionista Presente: Infra BR V Rodovias Holding III S.A. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro de Atas, datado de 14 de dezembro de 2023. **Mesa:** Thiago Bronzi - Presidente da Mesa; Daniel Becker - Secretário da Mesa. **Acionista Presente: Infra BR V Rodovias Holding III S.A.** Nome: Daniel Becker - Cargo: Representante; **Mesa:** Thiago de Paula Bronzi - Cargo: Representante. **Anexo I à Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Infra BR V Rodovias Holding III S.A. Realizada em 14 de Dezembro de 2023 - Boletim de Subscrição nº 01/03**

Denominação da Companhia:	Infra BR V Rodovias Holding III S.A. , sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 538, Bairro Vila Olímpia, CEP 04.551-060, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 51.588.411/0001-80 ("Companhia").
Capital Subscrito neste Boletim nº 01/03:	R\$ 876.000.000,00 (oitocentos e setenta e seis milhões de reais).
Capital a Integralizar neste Boletim nº 01/03:	R\$ 876.000.000,00 (oitocentos e setenta e seis milhões de reais).
Capital Integralizado neste Boletim nº 01/03:	N/A.
Número de Ações Subscritas neste Boletim nº 01/03:	876.000.000 (oitocentos e setenta e seis milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
Preço Unitário de Emissão:	R\$ 1,00 (um real).

Subscritora

Infra BR V Rodovias Holding III S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 538, Bairro Vila Olímpia, CEP 04.551-060, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.237.198/0001-25 ("Subscritora").

Número de Ações Ordinárias Subscritas
876.000.000 (oitocentos e setenta e seis milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
Preço Unitário de Emissão
R\$ 1,00 (um real) por ação ordinária, fixado com base no artigo 170, §1º, inciso II, da Lei das S.A.
Valor Total a ser Integralizado
R\$ 876.000.000,00 (oitocentos e setenta e seis milhões de reais) ("Valor a ser Integralizado").
Forma de Integralização
Integralização, pela Subscritora, do Valor a ser Integralizado no Boletim nº 01/03, em moeda corrente nacional por meio de depósito ou transferência de fundos imediatamente disponíveis exclusivamente na conta vinculada de titularidade da Companhia, a seguir indicada: conta-corrente junto ao Itaú Unibanco S.A., registrado no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04, conta 70004-6, agência 8541 ("Conta Vinculada"). Qualquer depósito ou transferência de recursos pela Subscritora que não seja realizada na Conta Vinculada não será considerado(a) uma integralização para os fins deste Boletim nº 01/03.
Data da Integralização
A Subscritora deverá integralizar o Valor a ser Integralizado no Boletim nº 01/03 em moeda corrente nacional (i) até 10 de junho de 2027; (ii) em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de decretação de vencimento antecipado das obrigações decorrentes da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da Companhia, objeto de distribuição pública sob o rito de registro automático, no montante total de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) ("Debêntures"), nos termos da Cláusula 5.º do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da Infra BR V Rodovias Holding III S.A.", celebrada em 08 de dezembro de 2023, entre a Companhia e a Vórtex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., ("Escritura de Emissão"); ou (iii) em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de vencimento final das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.6 da Escritura de Emissão, sem que as obrigações decorrentes das Debêntures tenham sido integralmente quitadas, o que ocorrer primeiro.
Eleição de Foro
Sem prejuízo da cláusula arbitral disposta no Estatuto da Companhia, as Partes elegem o foro da comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para processar e julgar quaisquer demandas relativas (i) à instituição da arbitragem (art. 7º da Lei nº 9.307/1996); (ii) à concessão de medidas de urgência (cauteles ou antecipatórias) anteriormente à instituição da arbitragem; (iii) ao cumprimento da sentença arbitral; (iv) à anulação da sentença arbitral (art. 32 da Lei nº 9.307/1996); (v) à execução de título extrajudicial, incluindo o presente boletim; e (vi) a conflitos que por força da legislação brasileira não puderem ser submetidos à arbitragem.

Preseleção de Foro

O presente Boletim nº 01/03 é irrevogável e irretirável e consiste, para todos os fins, em título executivo extrajudicial, nos termos da legislação aplicável. São Paulo, 14 de dezembro de 2023. **Acionista Subscritora: Infra BR V Rodovias Holding II S.A.** - Por: Daniel Becker - Cargo: Representante; Por: Thiago de Paula Bronzi - Cargo: Representante. **Mesa:** Thiago Bronzi - Presidente; Daniel Becker - Secretário. **Anexo II à Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Infra BR V Rodovias Holding III S.A. Realizada em 14 de Dezembro de 2023 - Boletim de Subscrição nº 02/03** ("Boletim nº 02/03"):

Denominação da Companhia:	Infra BR V Rodovias Holding III S.A. , sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 538, Bairro Vila Olímpia, CEP 04.551-060, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 51.588.411/0001-80 ("Companhia").
Capital Subscrito neste Boletim nº 02/03:	R\$ 179.000.000,00 (cento e setenta e nove milhões de reais).
Capital a Integralizar neste Boletim nº 02/03:	R\$ 179.000.000,00 (cento e setenta e nove milhões de reais).
Capital Integralizado neste Boletim nº 02/03:	N/A.
Número de Ações Subscritas neste Boletim nº 02/03:	179.000.000 (cento e setenta e nove milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
Preço Unitário de Emissão:	R\$1,00 (um real).

Subscritora

Infra BR V Rodovias Holding II S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 538, Bairro Vila Olímpia, CEP 04.551-060, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.237.198/0001-25 ("Subscritora").

Número de Ações Ordinárias Subscritas
179.000.000 (cento e setenta e nove milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
Preço Unitário de Emissão
R\$1,00 (um real) por ação ordinária, fixado com base no artigo 170, §1º, inciso II, da Lei das S.A.
Valor Total a ser Integralizado
R\$ 179.000.000,00 (cento e setenta e nove milhões de reais) ("Valor a ser Integralizado").
Forma de Integralização
Integralização, pela Subscritora, do Valor a ser Integralizado no Boletim nº 02/03, em moeda corrente nacional por meio de depósito ou transferência na conta de titularidade da Companhia, a seguir indicada: conta-corrente junto ao Itaú Unibanco S.A., registrado no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04, conta 0099825-1, agência 0910.
Data da Integralização
A Subscritora deverá integralizar o Valor a ser Integralizado no Boletim nº 02/03 em moeda corrente nacional até 14 de dezembro de 2030.
Eleição de Foro
Sem prejuízo da cláusula arbitral disposta no Estatuto da Companhia, as Partes elegem o foro da comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para processar e julgar quaisquer demandas relativas (i) à instituição da arbitragem (art. 7º da Lei nº 9.307